

Amazônia e a crise na política ambiental do Brasil

Setembro de 2019

Introdução: contextualização da crise

A Amazônia, que tem 60% de sua área no Brasil, é a maior floresta tropical do mundo. É considerada um grande centro de biodiversidade, com muitas plantas e animais que só podem ser encontrados ali. A densa floresta absorve uma quantidade enorme do dióxido de carbono produzido mundialmente. Esse é o gás que, segundo estudos, é o maior causador das mudanças climáticas. De acordo com os cientistas, preservar a Amazônia é vital para combater o aquecimento global. Incêndios na Amazônia geralmente são iniciados com o propósito de limpar a terra. Depois que os madeireiros extraem a madeira, especuladores queimam a vegetação restante para "limpá-la" na esperança de vender essa terra para fazendeiros. A Amazônia passa por uma estação seca há meses, um período no qual os incêndios podem se espalhar mais facilmente e sair do controle. Ambientalistas dizem que as pessoas que incendiam a floresta estão encorajadas porque escutam Bolsonaro pedindo por mais desenvolvimento na Amazônia e sentem que não serão punidos.

Os incêndios florestais atingiram o seu pico desde 2013 (após atingir o nível mais baixo em 2012), tendo aumentado 84% neste ano até agosto, comparado com o mesmo período de 2018. O desmatamento na Amazônia subiu 67% ano contra ano nos primeiros sete meses de 2019. O aumento dos registros de desmatamento e incêndios florestais coincide com a queda acentuada das multas e punições aplicadas por violações ambientais. O número de multas atingiu o menor nível em 10 anos e a punição por crimes ambientais caiu 29%. O orçamento do Ibama foi reduzido em 25% pelo governo Bolsonaro. Quando Bolsonaro demite o diretor-geral do Inpe ou culpa as ONGs pelas queimadas, mobiliza a opinião pública internacional, passando a imagem de um afrouxamento da política ambiental.

Enquanto Bolsonaro buscava culpados por "prejudicar o Brasil lá fora", foram os problemas reais (desmatamento e queimadas) e as falas polêmicas que "queimaram" a imagem do Brasil. Bolsonaro demorou semanas para tomar as primeiras medidas concretas na crise ambiental. A Amazônia perde 1,5 hectare de floresta tropical por minuto. 15% de toda a Amazônia já foi destruída. A contínua destruição pode chegar a um "ponto de não retorno", quando a região chegaria a um ciclo de rebaixamento de floresta para savana. Anteriormente, pesquisadores calculavam que esse ponto de não retorno seria 40%, mas hoje esse ponto está entre 20% e 25%. Vale lembrar que o Ibama foi aclamado mundialmente pela redução de 80% do desmatamento no Brasil entre 2004 e 2012, utilizando dados de satélite e trabalho de campo para atacar áreas problemáticas.

Agronegócio pleiteia o controle de desmatamento

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, entidade que reúne mais de 200 representantes do agronegócio, de entidades de defesa do meio ambiente, da academia e do setor financeiro, entregou, na quinta-feira (29/08), um manifesto ao presidente Jair Bolsonaro pedindo que retome o controle do desmatamento para garantir que o Brasil possa ser um líder agroambiental. O grupo, que afirma estar preocupado com a escalada do desmatamento e das atividades ilegais na floresta, frisa que mais de 90% do corte de floresta na Amazônia é ilegal. O atual governo deve tomar as medidas necessárias, uma vez que tem a sua disposição o aparato militar e policial e, por isso mesmo, deve ser uma referência no combate à ilegalidade. A manifestação ocorre num momento de disparada no desmatamento da Amazônia e de alta no número de queimadas na região.

Alertas feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que o corte da floresta subiu entre agosto do ano passado e julho deste ano. Monitoramento aponta alta de 50% no desmatamento em relação aos 12 meses anteriores. O Brasil já viveu períodos em que uma queda significativa do desmatamento se deu em meio a um ciclo de saltos de produtividade na agropecuária. Esse histórico mostra que não é necessário desmatar para aumentar a produção agrícola. O agronegócio está sendo prejudicado por quadrilhas que atuam na ilegalidade, manchando a reputação do setor, aumentando a insegurança jurídica e a concorrência desleal para produtores e empresas. A Coalizão, que reúne empresas como Amaggi, Bayer, Cargill, Carrefour, Klabin, além de entidades como a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e Sociedade Rural Brasileira (SRB) e as principais ONGs ambientais do País, afirma que as queimadas também impactam a segurança no campo.

Embora o fogo seja utilizado de forma regular em algumas práticas agrícolas, ele também é usado como forma de abrir ilegalmente áreas na floresta. A relação entre desmatamento e fogo mostra-se particularmente forte neste ano de 2019. A ocorrência de incêndios em maior número, em um ano de estiagem mais suave, indica que o desmatamento pode ser um fator de impulsionamento às chamas. O combate ao desmatamento ilegal envolve também coibir as invasões a terras indígenas ou áreas protegidas, inclusive para fins de garimpo ilegal. A Amazônia, do início do ano até o dia 27 de agosto, já sofreu 43.421 focos de incêndio. Somente neste mês foram 27.497, mais alto que a média para o mês inteiro registrada nos últimos 21 anos, que foi de 25.853 focos, segundo dados do Programa Queimadas, do Inpe. Para o bioma, este é o mais número de focos de incêndio para o mês desde 2010, quando houve 45.018. Mas, aquele foi um ano de seca histórica na região.

O grupo pede que o governo crie incentivos para quem cumpre a lei, controlando ações criminosas e incrementando a vigilância sobre atividades clandestinas. O manifesto lembra também a urgência de ações de combate à mudança climática e o impacto que a inação pode ter sobre o agronegócio. O desafio é grande, mas o País tem muito a ganhar. Com o agronegócio forte e competitivo, o Brasil precisa garantir o posto de potência agroambiental, uma vez que abriga a maior floresta tropical do mundo, as mais altas taxas de biodiversidade e 12% da água

doce do planeta. Para isso, as políticas de governo precisam centrar esforços no enfrentamento da crise climática, no controle do desmatamento e da ilegalidade no campo e no fomento ao agronegócio sustentável, possibilitando não só o cumprimento do Acordo de Paris, mas também o aumento da ambição de suas metas para garantir a segurança climática, hídrica e alimentar do planeta.

A política ambiental do governo prejudica o Brasil

Fazendeiros e grileiros formaram grupos em redes sociais para combinar o “Dia do Fogo”, em 10 de agosto. A ideia era atear fogo em pastagens às margens da mesma BR-163. O incêndio chegaria a áreas da Floresta Nacional do Jamanxim e seria um prato cheio para mais desmatamento, avanço da pecuária e, posteriormente, da agricultura. O Ministério Público soube antes da combinação. Denunciou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que nada fez. Enquanto o fogo avançava nessa e em outras florestas, o governo brasileiro atacou críticos, entre eles líderes de nações desenvolvidas europeias. O antigo discurso de que os países da Europa destruíram, em quase um milênio, suas e nossas florestas, foi retomado.

Mas os incêndios se tornaram centro de uma crise internacional. Um embate evitável se o discurso inicial do governo fosse substituído por medidas de enfrentamento e combate ao caos ambiental. Ações que surgiram somente no dia 23 de agosto, com o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para o envio de equipes à região. Mas, o presidente Jair Bolsonaro continuou atacando os críticos e os europeus, principalmente o presidente francês, Emmanuel Macron. E o próprio Bolsonaro aproveitou uma reunião com governadores da Amazônia Legal que discutiu a crise local para defender maior exploração de terras indígenas. Enquanto Bolsonaro falava no Palácio do Planalto, os representantes do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB) protocolavam, no Ministério do Meio Ambiente, uma carta.

No documento informaram que 18 grandes marcas mundiais de calçados e roupas suspenderam a compra o couro brasileiro. Esse cancelamento foi justificado em função de notícias relacionando queimadas na região amazônica ao agronegócio do País, segundo o CICB, que responde por uma indústria capaz de gerar US\$ 2 bilhões por ano em divisas para o Brasil. Na quarta-feira (28/08), o CICB recuou, relatou que houve um equívoco e que as empresas solicitaram informações, apesar de a carta ser explícita e falar em “suspensão” e “cancelamento”. Equívoco, ou não, o novo progresso defendido pelo governo federal caminha para dar os primeiros resultados econômicos. E as consequências são imprevisíveis para o País.

As sugestões para a reversão da crise ambiental

Todos os ex-ministros de Meio Ambiente do País, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregaram, no dia 28/08, uma carta aos presidentes da Câmara e do Senado pedindo ação contra a crise ambiental

que abala o País. Eles pedem a suspensão da tramitação de projetos de lei que possam de algum modo agravar a situação e a moratória de projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade. A carta alerta que o Brasil vive uma emergência ambiental, com a alta do desmatamento e de queimadas, principalmente devido aos retrocessos na política socioambiental brasileira e da campanha ostensiva de representantes do poder executivo federal em favor de um modelo de desenvolvimento totalmente ultrapassado para a Amazônia e demais biomas do País.

A proposta é de suspensão imediata da tramitação de todas as matérias legislativas que possam, de forma direta ou indireta, agravar a situação ambiental no País; e a moratória ambiental para projetos de leis e outras iniciativas legislativas que ameacem a Amazônia, povos indígenas e biodiversidade. Sugere ainda a realização de audiências públicas em comissão especial do Congresso Nacional, com a participação de especialistas em proteção do meio ambiente, representantes das comunidades locais, do agronegócio e de agentes públicos federais e estaduais para tratar dos temas fundamentais da agenda socioambiental do País. Nessas audiências, devem ser debatidos temas como riscos e oportunidades socioambientais à proteção da Amazônia nas matérias legislativas em tramitação; novos marcos legislativos necessários ao aperfeiçoamento de ações para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros; e recomendações para a elaboração de um plano emergencial de ações para o enfrentamento da crise ambiental, com a redução imediata do desmatamento e queimadas.

É a segunda vez que os ex-ministros se unem para se manifestar contra as políticas ambientais do governo Bolsonaro. Em maio, eles também divulgaram uma carta alertando para o desmonte da governança socioambiental do Brasil. No novo texto, o grupo frisa ainda que o desmonte do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do ICMBio, de políticas e programas ambientais e do Fundo Amazônia, além de provocar inaceitável degradação do patrimônio natural e da qualidade ambiental do País está colocando em risco a segurança de populações indígenas e comunidades tradicionais e afetando diretamente a saúde pública, fato tão bem evidenciado com a chuva negra que caiu sobre São Paulo recentemente. Esse cenário de comoção mundial tem levado a ameaças de boicote às exportações brasileiras, pondo em risco a própria balança comercial do País. O Parlamento deve atuar como moderador e oferecer um canal de diálogo com a sociedade, o que consideram ser a única forma de reverter essa realidade.

Por outro lado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara aprovou, no dia 27/08, a admissibilidade da proposta que permite exploração agropecuária e florestal em terras indígenas, a chamada PEC do Índio. Foram 33 votos a favor, 18 contra e 1 abstenção. A proposta altera a Constituição e diz que as comunidades indígenas podem, de forma direta, exercer atividades agropecuárias e florestais em suas terras, com autonomia para a administração dos bens e a comercialização dos produtos. Para ser aprovado, o texto precisa ainda passar por uma comissão especial e depois ir ao plenário da Câmara. No entanto, o presidente da Câmara sinalizou que não deve dar celeridade ao processo. A sessão foi acompanhada por lideranças indígenas e houve protesto.

Embrapa reafirma que o Brasil destina grandes áreas à preservação

Os dados de novas inserções de imóveis ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), ao longo de um ano, revelaram que a participação do setor rural brasileiro na preservação ambiental é maior do que o estimado na primeira análise. Em fevereiro deste ano, agricultores, pecuaristas, silvicultores e extrativistas destinavam à preservação da vegetação nativa mais de 218 milhões de hectares, o equivalente a um quarto do território nacional (25,6%). Os números foram coletados pela Embrapa Territorial (SP), a partir das informações mantidas no SiCAR pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Em média, é como se cada produtor rural utilizasse apenas metade de suas terras. A outra metade é ocupada com áreas de preservação permanente (às margens de corpos d'água e topos de morros), reserva legal e vegetação excedente. O centro de pesquisa estimou o valor do patrimônio fundiário imobilizado em preservação ambiental e chegou à cifra de R\$ 3,1 trilhões.

O pesquisador Evaristo de Miranda, chefe-geral da Embrapa Territorial, chama a atenção para a distribuição desses espaços. Segundo Miranda, eles estão extremamente conectados e recobrem todo o território nacional. As áreas preservadas pelos agricultores compõem um mosaico ambiental relevante e de grande dimensão com as chamadas áreas protegidas, segundo o cientista. Estas são formadas pelas terras indígenas e as unidades de conservação integral como parques nacionais, estações ecológicas e outras do gênero. Mapeada detalhadamente pela Embrapa Territorial, a área total destinada à preservação, manutenção e proteção da vegetação nativa no Brasil ocupa 66,3% do território. Nesse número, estão os espaços preservados pelo segmento rural, as unidades de conservação integral, as terras indígenas, as terras devolutas e as ainda não cadastradas no SiCAR. Elas somam 631 milhões de hectares, área equivalente a 48 países da Europa somados.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma exigência do Código Florestal Brasileiro de 2012 para todas as propriedades e posses rurais no Brasil. No CAR, cada produtor delimitou, além do perímetro do imóvel, suas áreas de preservação permanente, reserva legal e de vegetação excedente. Essa base de dados geocodificados foi construída sobre imagens de satélite com cinco metros de resolução espacial. No caso do estado de São Paulo, a resolução é melhor, de um metro. Os dados são muito precisos, segundo Miranda. Para calcular o território dedicado à vegetação nativa, a equipe da Embrapa Territorial baixou e integrou ao seu Sistema de Inteligência Territorial Estratégica 180 gigabytes de dados de cada um dos 5.570 municípios brasileiros. Os materiais e os métodos utilizados, bem como os resultados, estão disponíveis na página da Embrapa sobre o CAR.

Até 31 de janeiro deste ano, estavam cadastrados no SiCAR mais de 4,8 milhões de imóveis e 436,8 milhões de hectares de terras. Essa área já supera em 30% a que foi identificada no Censo Agropecuário de 2006. Por isso, a análise da dimensão territorial da participação do segmento rural na preservação da vegetação nativa no Brasil está mensurada, pois os números devem ter pouca variação. No entanto, o pesquisador ressalta que também é preciso analisar

as dimensões econômica, social e ambiental. A primeira começou a ser estudada, com a mensuração do valor patrimonial imobilizado. Mas há ainda o custo de oportunidade e as despesas com manutenção a serem calculados. O centro de pesquisa está atuando no levantamento desses dois itens. Trabalhará ainda nas avaliações de impacto sobre empregos, impostos, estoques de carbono, indicadores de biodiversidade e serviços ambientais.

O chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo de Miranda, mostrou novos dados coletados por satélites e conferidos em terra com base no CAR (Cadastro Ambiental Rural), números esses preenchidos pelos próprios agricultores (como se fosse uma declaração de Imposto de Renda). A conclusão foi que o Brasil já dedica 3,5 milhões de quilômetros quadrados à preservação. O total de áreas legalmente protegidas e preservadas, devida e detalhadamente mapeadas, é de 277,3 milhões de hectares, 66,1% ou dois terços da Amazônia. Os dados que mostram o Brasil hoje é o país que mais preserva o meio ambiente no mundo. O agronegócio brasileiro é a atividade que mais preserva o meio ambiente no globo. Até agosto de 2018, no bioma Amazônia, registraram-se no CAR mais de 468.000 imóveis rurais, incluindo Resex e RDS. A Embrapa Territorial analisou esse bigdata geocodificado. E mapeou com 10 metros de detalhe a área dedicada à preservação da vegetação nativa em terras extrativistas e de agropecuária, em cada imóvel rural, município, microrregião, estado e no bioma. Uma área total de 103,1 milhões de hectares está dedicada à preservação da vegetação nativa pelo mundo rural. Isso corresponde a 24,6% do bioma Amazônia e a 64% da área dos imóveis. Ou seja, o mundo rural preserva, em meio às suas atividades produtivas, um quarto do bioma Amazônia e dois terços de seus imóveis.

A Agropecuária brasileira é uma atividade sustentável

O setor agropecuário brasileiro tem sido cada vez mais sustentável em suas atividades e avançado em produtividade mais do que em aumento de área. O País deve expandir exponencialmente sua produção agrícola e pecuária sem necessidade de desmatar mais. O Brasil utiliza apenas 8% de seu território para a agricultura e preserva quase 60% da área com mata nativa. Dos 851 milhões de hectares do território nacional, apenas 65 milhões são ocupados com lavouras e 496 milhões de hectares ainda estão preservados. Os dados são da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dos Ministérios da Economia e da Agricultura, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outras instituições. Um número ainda sensível para o setor agropecuário, mas que já começa a ser modificado, é o total da área de pastagens degradadas do País.

As pastagens representam 158 milhões de hectares (18% do território brasileiro), sendo que praticamente 75% da área está em estágio avançado de degradação ou moderadamente degradada. Os 25% restantes estão em boas condições. Entretanto, a intensificação da atividade pecuária, que permite a ocupação dos pastos degradados por lavouras, tem sido aplicada e é tendência irreversível. Tanto que o "extremo" da tecnologia em bovinocultura, que

é a criação confinada de animais, tem aumentado no Brasil, liberando cada vez mais área principalmente para grãos, que permite um uso mais racional do solo, com rotação de culturas e pelo menos duas safras em uma mesma área no ano. Entre 2001 e 2015, houve avanço médio anual de 6,1% no número de rebanhos confinados no País. Em 2001, um total de 2,1 milhões de cabeças foram confinadas e, em 2015, mais que o dobro, ou 5,1 milhões de cabeças.

Assim, conforme se amplia a competição por área para a agricultura, a tendência é a pecuária se intensificar. Deverá haver uma migração inevitável no sistema de produção extensiva para o sistema intensivo. Em 2025, o País deve confinar 9,6 milhões de cabeças de gado, um avanço médio anual de 8,4%. Nas áreas ocupadas por agricultura, há técnicas largamente utilizadas, como integração lavoura-pecuária (ILP), em que as duas atividades se alternam e contribuem para recuperação do solo, e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), que inclui a silvicultura como fonte adicional de renda. A soja, principalmente, tem se expandido nas áreas de pastagens, garantindo sua recuperação, e de milho 2ª safra. O Brasil ainda tem área para expansão de culturas sem desmatamento e potencial para aumento do consumo interno e das exportações de soja e milho. Em termos de produtividade e de produção, a pecuária também se modernizou.

Em 1998, de 17,085 milhões de bovinos abatidos, a média de peso da carcaça era de 228 Kg. Em 2018, abateram-se 32,04 milhões de bovinos (87% mais) com peso médio 10% maior, de 250 Kg na carcaça. Além disso, exigências externas forçarão cada vez mais uma mudança na cronologia da pecuária brasileira, que atualmente abate um animal com 36 meses, em média. O Brasil deverá produzir, até 2030, 37% mais soja, 56% mais milho, 42% mais trigo, 28% mais carne suína, 38% mais carne de frango, 23% mais carne bovina e 33% mais açúcar em relação aos níveis atuais. Todo esse avanço se dará principalmente em ganhos de tecnologia, e não em expansão de área, como tem sido desde 1981, quando a agropecuária avançou 540% mais em produção e 220% mais em área plantada. Ou seja, usou proporcionalmente menos terra para produzir mais.

No caso do milho, de 2000 para cá houve ganho de 75% e uma economia de 13 milhões de hectares, ou seja, se o aumento da produção se desse apenas em expansão da área e não por ganhos tecnológicos, seriam necessários mais 13 milhões de hectares de área para a produção atual. No caso da soja, no mesmo período, a economia de área foi de 8 milhões de hectares, com ganhos de produtividade de 23% para a oleaginosa. No café, 1 milhão de hectares foram economizados, mesmo com a expansão da produção em 58%. O algodão economizou 900 mil hectares ao ganhar, no período, 58% em produtividade. No meio dessa celeuma toda em relação ao meio ambiente e à agropecuária brasileira, é bom que se apresente as notícias positivas do setor e o que ele está fazendo para produzir de forma sustentável.

Fontes: EMBRAPA, INPE, IBGE, MAPA, SICAR, IBAMA, REUTERS e BROADCAST.

Consultor Responsável: Carlos Cogo

Elaboração: COGO INTELIGÊNCIA EM AGRONEGÓCIO